

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 14, número 2 (2023)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Geografia e Gênero no Cerrado Maranhense: o Trabalho das Mulheres em Meio ao Capital no Campo

*Geografía y Género en el Cerrado del Estado de  
Maranhão en Brasil: el Trabajo de las Mujeres en  
Medio del Capital en el Campo*

*Geography and Gender in the Cerrado of Maranhão in  
Brazil: Women's Work in the Midst of Capital in the  
Countryside*

**Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes**  
Universidade de Brasília - Brasil  
fernandacrgomes.as@gmail.com

**Silvane Magali Vale Nascimento**  
Universidade Federal do Maranhão - Brasil  
magali.negra64@gmail.com

Como citar este artigo:

GOMES, Fernanda de Cassia Rodrigues;  
NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Geografia e  
Gênero no Cerrado Maranhense: o Trabalho das  
Mulheres em Meio ao Capital no Campo. **Revista  
Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n.  
2, p. 217-237, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Geografia e Gênero no Cerrado Maranhense: o Trabalho das Mulheres em Meio ao Capital no Campo

*Geografía y Género en el Cerrado del Estado de Maranhão en Brasil: el Trabajo de las Mujeres en Medio del Capital en el Campo*

*Geography and Gender in the "Cerrado of Maranhão" in Brazil: Women's Work in the Midst of Capital in the Countryside*

## Resumo

Esta pesquisa buscou relacionar Geografia e gênero como uma proposta que contribui para a compreensão do território. No caso aqui específico, o Cerrado, no município de Brejo, localizado no Leste do estado do Maranhão, considerado como um espaço que abriga duas lógicas: a do desenvolvimento do agronegócio, representado pela soja; e a reprodução da agricultura, desenvolvida pelas mulheres rurais. Diante dessa possibilidade, este estudo se desenvolveu numa perspectiva de desconstrução das tradicionais abordagens geográficas. Para isso, buscou-se promover a inserção de um grupo social, as mulheres trabalhadoras rurais e sua efetiva relação com o território que representa Cerrado maranhense. Neste estudo, apreendeu-se as relações de gênero como agentes estruturantes, na construção do espaço; e a necessária compreensão que deve ter a Geografia, enquanto ciência, sobre essa dimensão.

Palavras-Chave: Geografia; Gênero; Agronegócio; Agricultura; Trabalhadoras rurais.

## Resumen

Esta investigación buscó relacionar Geografía y género como una propuesta que contribuya a la comprensión del territorio. En este caso específico, el Cerrado del municipio de Brejo, ubicado en el Este del Estado de Maranhão, en Brasil, considerado como un espacio que contiene dos lógicas: la del desarrollo del agronegocio representado por la soja; y la reproducción de la agricultura desarrollada por las mujeres rurales. Ante esta posibilidad, este estudio se desarrolló desde una perspectiva de deconstrucción de los enfoques geográficos tradicionales. Para ello, buscamos promover la inserción de un grupo social, las trabajadoras rurales, y su relación efectiva con el territorio que representa el Cerrado de Maranhão. En este estudio, se entendieron las relaciones de género como agentes estructurantes en la construcción del espacio y la necesaria comprensión que debe tener la Geografía como ciencia, en esta dimensión.

Palabras-Clave: Geografía; Género; Agronegocio; Agricultura; Trabajadoras rurales.

## Abstract

This research sought to relate Geography and Gender as a proposal that contributes to the understanding of the territory. In this specific case, the "Cerrado" in the municipality of Brejo located in Eastern Maranhão, considered as a space that shelters two logics, the development of agribusiness represented by soy and the reproduction of agriculture developed by rural women. Faced with this possibility, this study was developed in a perspective of deconstruction of the "traditional geographical approaches". To achieve such aim, we sought to promote the insertion of a social group, rural women workers and their effective relationship with the territory that represents the Cerrado of Maranhão. In this study, gender relations were considered structuring agents in the construction of space and of the necessary understanding that geography as a science should have of this dimension.

Keywords: Geography. Gender. Agribusiness. Agriculture. Rural workers.

**Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento**



### **Introdução**

Este artigo relaciona Geografia e gênero por considerar que a primeira, como disciplina, e a segunda, como ferramenta conceitual e analítica, são essenciais à perspectiva relacional que permite compreender os espaços, os lugares e os sujeitos. Essas abordagens podem ser construídas através da Geografia Humana. A Geografia Humana possui inesgotável fonte de possibilidades, de diversidades e de perspectivas na produção do conhecimento, no entanto, ainda se percebe que há uma relevante ausência sobre determinados temas que são relacionais e servem para compreender, por exemplo, em que medida a produção capitalista do espaço, à sua luz, repercute em impactos na vida de mulheres rurais, uma vez que se pode considerar que a localização geográfica e as possibilidades associadas têm relação direta com fatores como trabalho e desenvolvimento territorial e se dão a partir dessa conexão.

Situando o cenário da análise em questão, importa ressaltar que na metade do século XX, no Brasil, mais especificamente no Maranhão, iniciativas voltadas à monocultura de soja representavam parte das estratégias propostas pelos governos militares por promover a ocupação de espaços “vazios”, modernização e industrialização da agricultura.

Em tempos atuais, a soja representa uma das maiores expressões do agronegócio. O Brasil é o segundo maior produtor mundial desse grão. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) informa que na safra 2016/2017, a cultura ocupou uma área de 33,89 milhões de hectares, o que totalizou uma produção de 113,92 milhões de toneladas. A produtividade média da soja brasileira foi de 3.362 kg por hectare.

Nessa perspectiva, matérias primas e suas localizações atuaram como instrumentos eficazes aos grandes projetos do capital, sob o argumento da promoção do desenvolvimento do país. Assim, lugares e territórios, cujo processo de modernização e industrialização não era até então “visado”, tornaram-se atraentes para o “projeto de modernização do campo e da agricultura” devido aos recursos naturais disponíveis e à sua localização. Com base nesse objetivo, a soja ocupou o Sul e o Leste do Maranhão.

O município de Brejo apresenta, desde o final da década de 1990, um acentuado avanço na produção de soja por meio de fazendas monocultoras desse grão, tornando-se o município com maior produção na mesorregião Leste do estado.

Para Azar (2017), o paradigma da questão agrária argumenta sobre a conflitualidade entre os interesses dos sujeitos produtivos do campo: campesinato e agronegócio, sendo essa situação fundamentada na desigualdade estrutural que caracteriza o campo, configurada pelos interesses inconciliáveis de classe.

Diante dessa problemática, um contraste se estabelece: se, por um lado, a monocultura de soja é compreendida como representação da modernidade e dos avanços tecnológicos na agricultura, por gerenciar as mais importantes divisas na balança comercial; ela também apresenta pontos negativos nas diversas instâncias de vida. Na região Leste do Maranhão, esses impactos se expressam nos problemas socioambientais que são sentidos pelas trabalhadoras

rurais, bem como pela biodiversidade que compõe o Cerrado maranhense, tendo em vista que essa biodiversidade é parte da vida da população, no caso das mulheres, essa relação se constitui por meio de muitas particularidades.

Esta pesquisa apresenta parte desses impactos na vida das trabalhadoras rurais, no município de Brejo, situado na Mesorregião do Leste Maranhense e na microrregião de Chapadinha. A cidade de Brejo está localizada a 313 km da capital maranhense.

As análises aqui mostradas se referem às proveniências da monocultura de soja sobre as trabalhadoras rurais. Os resultados apresentados foram obtidos a partir da pesquisa "Relações de Gênero e Trabalho: mulheres recriando o Cerrado na Mesorregião do Leste Maranhense em meio à monocultura de soja no município de Brejo – MA", e expressam uma relação entre gênero, trabalho e a condição feminina de trabalho no Cerrado. O referido estudo está vinculado ao Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Racial, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS, do Departamento de Serviço Social e PPGPP-UFMA.

A crítica desenvolvida neste estudo, além de alicerçada na pesquisa acima mencionada, realiza uma abordagem sobre o eixo dos impactos da soja no trabalho das mulheres rurais e, assim, transcorre sob uma análise na perspectiva de gênero, levando em consideração as trabalhadoras rurais e sua participação na reprodução social dos diversos segmentos da agricultura familiar de base camponesa, no Maranhão.

A análise desse material se lança no sentido de contribuir no avanço das discussões sobre o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao universo em destaque, bem como colaborar no enfrentamento às investidas do capital no campo, o que se demonstra necessário. Para cumprir com tais objetivos, foi desenvolvida uma metodologia baseada no método histórico-dialético de Marx e em procedimentos metodológicos, como pesquisa bibliográfica e empírica, por fazer registros das informações mediante entrevista semiestruturada com as trabalhadoras da zona rural do município de Brejo-MA.

O conjunto da pesquisa fez, inicialmente, uma exposição sobre a importância de relacionar Geografia e gênero, situando a necessidade emergente de relacionar e afirmar sua complementaridade para decodificar as estratégias de acumulação do capital em espaços subalternos.

Em seguida, tratou-se da expressão do agronegócio, por meio da monocultura de soja no Cerrado maranhense, que demonstra como o território é impactado pelo capital. Abordou-se os impactos da soja na vida das trabalhadoras e, em seguida, as considerações finais conduziram a alternativas possíveis nesse enfrentamento, reafirmando a necessidade de implementação de políticas públicas direcionadas às trabalhadoras rurais que contem com a transversalidade de gênero.

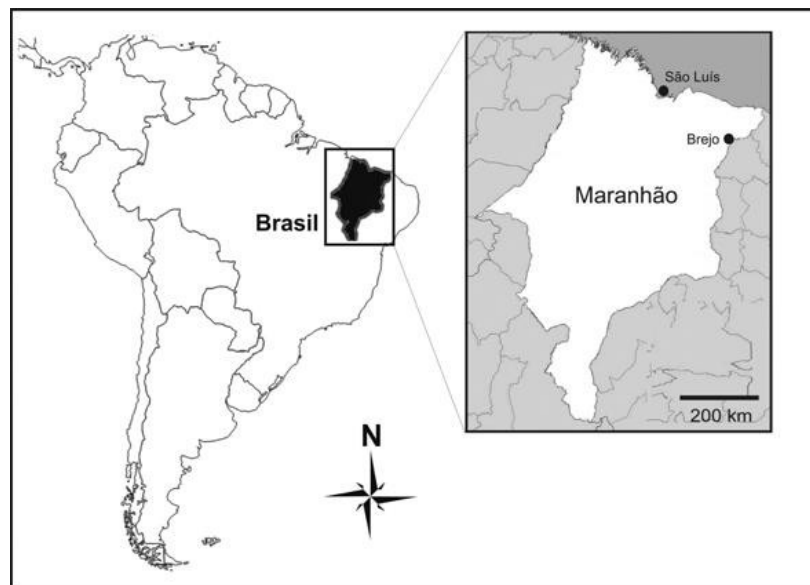
### **Localização e situação geográfica da área de estudo**

O município de Brejo (figura 01) se localiza na mesorregião Leste do Maranhão e na microrregião de Chapadinha, distante cerca de 349 km da capital São Luís. O município tem no seu processo de povoamento brancos, negros e indígenas, embora estes últimos constituam a população nativa,

## Geografia e Gênero no Cerrado Maranhense: o Trabalho das Mulheres em Meio ao Capital no Campo

muitos foram dizimados com a chegada dos portugueses na região, no século XVII. Atualmente, Brejo conta com 1.074,500 de quilômetros quadrados de área, uma população de 34.120 habitantes e IDH de 0,562, considerado médio pelo IBGE (2023)<sup>1</sup>.

Figura 1 – Mapa de localização da cidade de Brejo no estado do Maranhão



Fonte: Carvalho, 2014.

O referido município compõe o programa do governo federal denominado "Território da Cidadania no Baixo Parnaíba", programa este destinado prioritariamente à população de baixa renda e em condições de vulnerabilidade. Brejo é o município como a maior produção de soja da mesorregião.

De acordo com a Agência Senado (2022)<sup>2</sup>, por causa da mudança no padrão do uso da terra, o Baixo Parnaíba sofreu com o processo de desertificação. A região engloba os municípios de Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araióses, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos, ocupando uma área de quase 20 milhões de quilômetros quadrados que abriga, em média, 410 mil habitantes, dos quais 53% vivem na área rural.

### Apontamentos para conhecer o sujeito e o objeto da análise

Esta pesquisa se desenvolveu elegendo procedimentos metodológicos que viabilizassem a realização da crítica e da compreensão sobre o objeto investigado. Nas palavras de Ortegá (2019), é necessário fazer sucessivas aproximações com o objeto de pesquisa, pois é esse movimento que vai indicar o caminho e também o modo pelo qual deve ser trilhado. Ainda segundo esse autor, o método elegido em uma pesquisa será aquele capaz de

1 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/brejo.html>.

2 <http://www.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaiba-poderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>.

desvendar o objeto em sua profundidade e complexidade, combinando-o com as ferramentas, procedimentos e técnicas.

O método que eleito é o histórico-dialético, de Marx, que promove a distinção entre aparência e essência, indicando a sua importância para a compreensão da dinâmica da vida em sociedade. Para o autor, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação (aparência) e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (Marx, 1985, p. 271).

Para desvendar a relação entre Geografia, trabalho e gênero e a lógica de acumulação do capital por meio da força do trabalho feminina, o espaço será tomado, em Santos (1985), como um mosaico de elementos de diferentes eras que articula a evolução da sociedade com as situações que se apresentam na atualidade, para tratar da noção de uma dimensão espacial que é histórica e necessária, de modo a tornar as análises mais complexas.

Santos e Harvey foram autores de referência nesta discussão, apresentando a crítica necessária para a compreensão da problemática sobre dinâmica do capital, trabalho e as demais políticas que são desenvolvidas para a organização do espaço capitalista, assim como da criação de órgãos e instituições que assegurem permanentemente configurações espaciais favoráveis à reprodução do capital, “[...] para que aquilo que era e poderia ter continuado como um problema 'privado', particular, singular, se tornasse num 'problema social', num problema político, de que se pode falar 'publicamente” (Marteleto; Pimenta, 2017, p.37, grifo do autor).

O objeto de pesquisa passa por um processo de construção social. Assim, a invisibilidade das mulheres no contexto do debate sobre a expansão da monocultura de soja e o seu impacto no trabalho das trabalhadoras rurais deve ser criticado, analisado e, assim, indicar o caminho para responder as questões essenciais de enfrentamento dessa problemática.

Dessa forma, a problemática que sustentou tal pesquisa foi o seguinte questionamento: como as mulheres recriavam, no dia a dia, condições de vida, recriavam o bioma Cerrado, com o qual mantêm relações de trabalho e de vida se o capital, por meio do agronegócio, dele se apropria?

As informações colhidas serviram de base para responder ao questionamento. As trabalhadoras rurais do território do Cerrado maranhense, no município de Brejo, representam os povoados de São Raimundo/Boa Esperança<sup>3</sup>, Santa Teresa, Pacuti, Criulis e Vila das Almas. Essas localidades são as que mais possuem em seus territórios fazendas de soja, portanto, são consideradas, também, a maior produção da mesorregião. São Raimundo/Boa Esperança, Criulis e Vila das Almas, constituem uma Data<sup>4</sup> denominada Data Saco das Almas.

As entrevistas semiestruturadas abordaram diversos aspectos da vida das trabalhadoras rurais, dentre eles, informações referentes ao trabalho que

3 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/14/municipios-do-baixo-parnaiba-poderao-ser-incluidos-na-regiao-do-semiarido-nordestino>.

4 Data é um conjunto de povoados dentro de uma única área que funciona como núcleo dos demais. Essa ideia nuclear é apenas em termos fundiários, pois não tem nenhuma referência à organização política e administrativa do povoado que dá nome à data, sobre os demais. Todos mantêm sua autonomia relativa, exceto em questões específicas como aquelas normatizadas pelo INCRA, órgão que administra a Data, em matéria de legislação fundiária.

desenvolvem nos sistemas de produção agrícola e o impacto da soja. Foram distribuídos nos povoados da seguinte forma: Pacuti (08), Criulis (07) e São Raimundo/Boa Esperança (11) questionários que compunham as entrevistas. A eleição da entrevista ocorreu por se configurar como “um dos principais meios que tem o investigador para realizar uma colheita de dados” (Triviños, 1987, p.143). Para o autor, esse modelo tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

Escolheu-se para este estudo a pesquisa qualitativa que de, acordo com Demo (1985, p. 23), “é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade”. Nessa linha de pensamento, encontra-se Minayo (1994, p. 31), que acredita que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares”. Ela se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Para ela, a pesquisa qualitativa promove o fenômeno de aproximações sucessivas da realidade, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. Diante do objeto em questão, esse é um procedimento metodológico que permite a associação da teoria aos dados para uma análise eficiente.

Para a fundamentação teórica, foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando-se livros e artigos já produzidos para relacionar a realidade evidenciada por meio da pesquisa. De posse do material bibliográfico, foram associadas as entrevistas realizadas e relacionadas às experiências empíricas.

Para desvendar a relação entre Geografia, trabalho, gênero e a lógica de acumulação de capital pela força de trabalho feminina foi preciso compreender a importância do espaço onde se desenvolveu essa problemática. Para Girardi (s.d.), é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociáveis, pois o segundo é formado a partir do primeiro. A análise geográfica, por meio do conceito de território, pressupõe analisar o espaço a partir das relações de poder.

O espaço, para Santos (1985), é tomado a partir de um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro, situações que se apresentam na atualidade, de tal maneira reforçando a ideia de uma dimensão espacial que é histórica e, portanto, necessária para ir além de um nível de análise superficial.

Harvey (2004) trata sobre a produção capitalista do espaço, apresentando uma crítica necessária à compreensão da problemática sobre dinâmica do capital, trabalho e as demais políticas desenvolvidas para a organização desse espaço.

Para embasar essa pesquisa e fazer a relação entre as categorias de análise, dentre as referências essenciais para compreender a problemática, tem-se Karl Marx (1974;1979) e suas contribuições sobre economia capitalista, reprodução social e acúmulo de capital.

Esses autores são necessários à crítica, pois colaboram para a compreensão das incertezas sobre a dinâmica do capital e a força de trabalho feminino, fatores associados que são desenvolvidos para a organização do espaço capitalista e que asseguram permanentemente configurações espaciais favoráveis à reprodução de bens.

### Apontamentos sobre gênero em Geografia

A Geografia é uma ciência social e gênero, de acordo com Scott (1995), é um elemento das relações sociais baseado nas diferenças entre o masculino e o feminino. Constitui-se em uma categoria analítica que amplia a visão da realidade, permite espaços para diferenças entre homens e mulheres. Nesse sentido, analisar a condição gênero se constitui um elemento essencial para a compreensão de fenômenos espaciais.

As estratégias geopolíticas, os fluxos econômicos e migratórios, o território, o espaço, a distribuição e divisão do trabalho e tantas outras relações tratadas pela Geografia são processos construídos por sociedades de corpos sexualizados. Esses corpos, assim como suas espacialidades, estão em relação dialética com essa ciência e, assim, são por ela concebidos. Acredita-se, pois, que a categoria gênero é transversal e necessária à análise dos fenômenos geográficos.

Segundo Silva (2009, p. 43), o movimento feminista da Geografia ampliou as noções das diferenças que marcam profundamente o espaço, em qualquer escala adotada para análise, e qualquer que seja o foco de interesse, vinculando às complexas relações entre corpos, identidades e poder, na produção material e simbólica do espaço.

Relacionar Geografia e gênero se constitui um desafio, pois as produções são incipientes e, ao fazê-las, Garcia (2011) menciona que é um ponto comum nos trabalhos iniciar a discussão pela explicação da abordagem, as causas dela, localizando o objeto de estudo e justificando a sua escolha, ou seja, isso se dá por se tratar de abordagem pouco comum dentro da ciência geográfica, fugindo das discussões “tradicionais” ligadas à Geografia.

Segundo André (1990), a partir da década de 1980, geógrafos e geógrafas (em sua maioria) alertam para a necessidade de incorporar na Geografia Humana a componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendido apenas nas vertentes da privacidade ou da afetividade. Compreende-se que essas discussões deveriam ocorrer também nas relações que ocorrem fora do ambiente privado, melhor ainda, é preciso compreender as relações nos dois âmbitos, pois um influenciará no desenvolvimento e permanência do outro.

Ao longo da última década, pode-se evidenciar alguns trabalhos acadêmicos na Geografia que têm feito a relação com a categoria gênero, na perspectiva de incorporá-la ao estudo do território. É com base nessas pesquisas que se pode evidenciar que, além das relações de poder entre os gêneros, também ocorrem outras variáveis sociais interrelacionadas, como raça e classe, as quais, com a interseccionalidade, pode-se conceber sua estruturação e visibilidade no contexto da análise espacial.

Trazer a discussão sobre gênero como categoria de análise que se relaciona à Geografia, expondo algumas produções acadêmicas que são resultados das produções brasileiras é uma forma de dar visibilidade e contribuir para que sejam produzidas e reproduzidas, visto a necessidade de novas perspectivas que deem conta de problemáticas que precisam ser analisadas, tais como a



relação entre território, trabalho e gênero, colaborando, assim, com os avanços na compreensão da diversidade sobre as relações de gênero que necessitam de abordagens geográficas.

A Geografia é uma ciência social que tem no espaço geográfico o palco dos acontecimentos da vida em sociedade, portanto, gênero é um fator essencial a ser levado em consideração, pois é uma categoria para a compreensão de fenômenos espaciais. O território expressa representação de poder e de disputa há milênios. As estratégias que dizem respeito a ele na perspectiva geopolítica: os fluxos econômicos e migratórios, os usos e ocupações do solo, o urbano, o rural, as contradições no campo, conflitos, a distribuição e divisão do trabalho nos territórios e tantas outras possibilidades vêm sendo abordados, ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, sem a devida consideração da transversalidade da categoria gênero.

Segundo Reis (2015), a partir da Geografia, o feminismo reconhece a base geográfica da vida social, que não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial que aparecem. Do feminismo, a Geografia aprende a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais.

Infere-se que pensar o espaço como um ente assexuado é um entrave para construção de uma nova forma de entender os territórios. Os territórios são permeados por relações de gênero e construídos a partir destas, por isso, é necessário dar visibilidade ao trabalho das mulheres rurais.

A respeito da inferioridade da mulher na sociedade, Reed (2008) acrescenta que uma das principais características do capitalismo e da sociedade de classes é a desigualdade entre os sexos. Segundo a autora, essa desigualdade caracterizou a sociedade de classes desde o seu início, há cerca de dois mil anos, permanecendo através de seus três períodos mais importantes: escravismo, feudalismo e capitalismo. É no capitalismo, no entanto, que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho se aprofundam. Gonçalves (2003) coloca que a dominação capitalista de classe se reproduz por meio de “diferenças” que, no fundo, reforçam preconceitos, inclusive de gênero.

Nesse ensaio, reuniram-se algumas produções acadêmicas existentes sobre gênero e Geografia para demonstrar a relação da força de trabalho feminina explorada em um território marcado por desigualdades sociais, situado no Nordeste do país. Problemáticas que, como esta, fazem refletir sobre a condição das mulheres rurais na agricultura, bem como faz pensar possibilidades para se trabalhar essas e outras questões, em sala de aula. Como exemplo, tem-se: quais recortes de gênero são realizados nas suas aulas de Geografia Agrária? Qual a representação dessa informação na cartografia? Existe esse tipo de produção de dados com essas perspectivas? Será necessário produzir mais sobre as relações de gênero associadas à Geografia? É preciso torná-las visíveis?

Para Reis (2015), compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de interrelações, desde a interação do macro, até a do micro, é enxergar o espaço como uma esfera de multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção.

Por meio desse movimento dialético, ao longo dos tempos, as pesquisadoras

feministas vêm contribuindo para a construção da igualdade de gênero em diversas esferas da vida social. Assim, Geografia e gênero são categorias essenciais para a construção da crítica sobre como esta problemática se configura na sociedade capitalista, cuja força de trabalho feminina tem sido crescente, de forma significativa para a reprodução do capital em espaços subalternos.

Como encadeamento ao entendimento dessas dicotomias incapazes de serem compreendidas isoladamente, elege-se a categoria gênero enquanto categoria teórica que auxiliou a compreensão de forma analítica, crítica e histórica de como e por que as relações de gênero são balizadoras das relações sociais no capitalismo e que, associadas à Geografia, permitem construir uma crítica mais aprofundada e consistente sobre essa problemática.

### **A monocultura de soja no Cerrado maranhense**

A monocultura de soja se constitui em estratégia de “modernização da agricultura no Maranhão”, desde a década de 1970 (Nascimento, 2011). Contudo, é em meados da década de 1990 que, efetivamente, as fazendas de soja se instalam e se ampliam no município de Brejo, tornando-se, dessa forma, o principal produtor de soja do Leste maranhense.

As vantagens logísticas (estrada, aproximação do terminal portuário do Itaqui), bem como a fertilidade do solo foram determinantes para a expansão da monocultura de soja nesse município. Cabe salientar que, no Brasil, inicialmente, essa produção, ainda que no contexto da modernização da agricultura brasileira, originou-se como atividade de médios e pequenos produtores na região Sul (Nascimento, 2011). Nas décadas posteriores, com o advento das mudanças econômicas (nacionais e internacionais), a produção de soja se tornou a principal monocultura brasileira, sob a hegemonia dos grandes proprietários e, mais recentemente, sob o monopólio das transnacionais.

Para Elias:

São muitos os processos associados ao rearranjo do território nas áreas de difusão do agronegócio globalizado. Elencá-los é fundamental para a tarefa de melhor compreender a ocorrência do fenômeno principal em foco. Cito alguns dos mais importantes: a intensa substituição dos sistemas técnicos agrícolas, que passam a ter alta densidade de capital e tecnologia; a significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos pela produção de commodities, com a implantação de monoculturas, substituindo vocações naturais pelas imposições econômicas, difundindo especializações produtivas (Elias, 2011, p. 157).

Esse processo aponta para a lógica de utilização do espaço agrícola e sua intensa racionalização. Para a autora acima citada, significa a destruição de saberes e fazeres historicamente construídos, de tal maneira que, como a difusão do agronegócio não se dá sobre espaços desocupados, ela inviabiliza a atividade para milhares de pequenos agricultores que viviam da subsistência ou da produção simples de mercadorias. Esses são expropriados ou expulsos, em grande parte, gerando muitos conflitos sociais. Dessa forma, percebe-se

**Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento**

que a soja se constitui em um tipo de empreendimento que tenta subordinar o campesinato aos interesses do grande capital.

Em 2007, as projeções feitas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento eram de mais expansão da monocultura de soja, desde que cumpridas algumas exigências que se voltavam, basicamente, para a infraestrutura, como o melhoramento de estradas e do Porto do Itaqui (São Luís), no tocante à sua capacidade de atendimento, incluindo o aumento da frota de navios. Exigências parecidas também eram colocadas para os estados do Piauí e Tocantins, no sentido de garantir a projeção desses estados para o aumento da produção de soja e para a Bahia, região denominada hoje de MATOPIBA<sup>5</sup>.

Apesar desse crescimento, vale ressaltar que a expansão da soja no município de Brejo não se configura em avanço para a melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que é de 0,562, de acordo com o IBGE (2010)<sup>6</sup> e que tem como indicadores a longevidade (0,758), a educação (0,454) e a renda (0,517), conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Diante desses dados, constata-se que o IDH é considerado médio, isso se dá principalmente por ser a renda resultante predominante dos programas sociais e da aposentadoria.

Os diversos segmentos que vivem na zona rural do município de Brejo são predominantemente compostos por comunidades quilombolas, assentados, extrativistas, agricultores familiares, entre outros. Pode-se localizar a topofilia como um aspecto importante a ser considerado que, para Tuan (1980), significa o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal<sup>7</sup>.

Esses segmentos têm relações assertivas com o Cerrado, possuem o vínculo afetivo-emocional adquirido da experiência naquele ambiente, identidade com o lugar, laços de proximidade, as famílias se socializam nos terreiros e quintais, nos babaçuais, na roça e em meio à biodiversidade ali existente. São esses recursos e pessoas que são afetados pelos impactos da soja. É nesse contexto de impactos que se encontram as agricultoras familiares.

### **As trabalhadoras rurais em meio à produção de soja no Cerrado maranhense**

O município de Brejo, como já dito, possui expressiva produção de soja em sua extensão territorial, favorecida principalmente pela redução dos custos da produção.

Na perspectiva de Fernandes (2019, p. 193),

A crescente subordinação e expropriação do campesinato pelo capitalismo produz um problema estrutural denominado de questão

5 Região considerada a grande fronteira agrícola nacional, o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por aproximadamente 10% da produção brasileira de grãos e fibras, principalmente soja, milho e algodão. Batizada de “Matopiba” ou “Mapitoba” pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), hoje, a região é a que mais cresce, em área plantada, em todo o País. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/tecnologias-de-convivencias-com-as-secas/panorama-setorial-forca-do-matopiba>.

6 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/brejo/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>.

agrária. A essência da questão agrária é a renda capitalizada da terra, que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa. Este problema cria comunidades de baixa renda com o empobrecimento contínuo das famílias camponesas que são obrigadas a vender suas terras. Mas, também gera resistência das famílias que ocupam terras, reivindicam a reforma agrária e procuram se desvincular das corporações, criando mercados populares em escala local, para venderem seus produtos diretamente aos consumidores.

As plantações de soja em larga escala geram prejuízos ao âmbito social, econômico, cultural e ambiental, a exemplo da deteriorização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas, contaminação do lençol freático por agrotóxicos, assim como a contaminação de animais, alimentos e pessoas, pelo mesmo motivo, além do desencadeamento de determinadas doenças, aumento de pragas, insetos, perda da vegetação nativa, da fauna, aumento da insegurança alimentar, entre outros. Isso implica afirmar que o agronegócio da soja expande a fronteira agrícola, de forma desordenada, diminuindo as áreas verdes e as reservas ambientais, atingindo negativamente toda a biodiversidade do bioma Cerrado e a vida das comunidades.

Esse advento implica dizer que a biodiversidade no município de Brejo está ameaçada e isso se reflete na vida dos/as agricultores/as familiares, pois a biodiversidade representa um potencial importante por ser base das atividades da agricultura familiar, da pesca, da fabricação de remédios caseiros, de produção de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização em pequena escala, gerando renda familiar. Para essas famílias, o Cerrado<sup>7</sup> é também é o espaço de realização de atividades conjuntas, como se observa nos mutirões das mulheres para coletar o pequi para a produção alimentar e para a comercialização.

Os impactos sobre o Cerrado<sup>8</sup> atingem as populações moradoras desses povoados, desestruturando parte de seus sistemas de produção e os processos de sociabilidade existentes, pois as populações que ali vivem estão nas áreas há mais de duas gerações. Tais populações são classificadas, nesse trabalho, como agricultores/as familiares de base camponesa, pois, considera-se o campesinato como um modo de vida, ou seja, algo além de uma categoria de trabalho que se precisa conhecer, isto dito, implica compreender o campesinato como um modo de vida.

Diante dessa realidade, afirma-se que, no Maranhão, a agricultura familiar tem sofrido profundas negativas que representam verdadeiros impedimentos à sua reprodução. A destruição dos recursos naturais, sua expropriação, a

---

7 O Cerrado é comumente denominado de chapada pela população local.

8 É o segundo maior bioma da América do Sul; apresenta extrema abundância de espécies endêmicas e sofre uma excepcional perda de habitat. Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>.

concentração de terras e a necessidade de políticas de Estado para a agricultura familiar, focadas na intersectorialidade e na transversalidade, são fatores que prejudicam sumariamente a agricultura familiar e, assim, o trabalho dessas mulheres.

Assim, planos de governo ou de Estado devem estar voltados para o fortalecimento desse setor, sem deixá-lo à mercê na dinâmica de penetração do capital no campo, que intensifica o processo de concentração fundiária, retardando, cada vez mais, a efetivação de políticas de reforma agrária no Brasil.

As mulheres trabalhadoras rurais se inserem em todo esse cenário por cumprir tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo, contribuindo para o autoconsumo familiar por meio da criação de animais (aves, suínos, caprinos e ovinos, especialmente), nas atividades agrícolas do roçado, no cuidado da casa, no cuidado da família. As mulheres também estão inseridas na produção e/ou comercialização de bens e serviços, na venda de produtos nas feiras locais, em grupos produtivos ou individualmente. Dessa forma, Dias (2013) traz que, historicamente, o trabalho feminino sempre se fez presente no meio social, embora tenha sido pouco discutido e valorizado. Nessa linha de pensamento, encontra-se Silva (2009), quando assevera que os aspectos de gênero, na medida em que as mulheres constituem grande parte da força de trabalho, passam a ser importantes elementos a serem considerados.

Nascimento (2011), ao pesquisar a participação das mulheres rurais na reprodução do campesinato frente à expansão da monocultura de soja, afirma que:

[...] as relações de produção e reprodução naqueles povoados ainda contam fundamentalmente com a participação feminina no processo de trabalho na esfera doméstica e fora dela, inclusive no roçado. Porém, as práticas do Estado e de organizações sociais as mais diversas orientadas pelos princípios patriarcais, conformam as relações de gênero que tendem a naturalizar a divisão sexual do trabalho nessas unidades de produção, separando “trabalho de homem e “trabalho de mulher” e atribuindo valores de acordo com as representações sociais (fenômenos imediatamente apresentados) (Nascimento, 2011, p.19).

Considerando a dinâmica intrínseca entre produção e reprodução na zona rural, comumente as mulheres são associadas à reprodução, aos cuidados da casa e das pessoas, porém, o trabalho desse público na agricultura familiar é intenso e se constitui como fator de grande importância para a renda e subsistência familiar. Essa participação se dá desde a preparação dos alimentos para a família, agregados e moradores da localidade até à efetiva participação na roça, com mais ênfase no plantio e colheita, fases em que o trabalho feminino é considerado fundamental.

Conforme Shiva (1991), em todo o mundo, as mulheres no campo têm se tornado guardiãs das florestas. No Brasil, tem-se exemplos das seringueiras, castanheiras, quebradeiras de coco babaçu, entre outras. A biodiversidade para essas mulheres é pertencente ao seu trabalho, assim como a compreendem como parte do patrimônio das suas comunidades para a continuidade das

**Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento**

gerações subsequentes.

Os recursos naturais constituem a essência da agricultura familiar nas áreas pesquisadas. Ao serem analisados os dados obtidos na pesquisa de campo, observa-se que as agricultoras familiares de Brejo se encontram inseridas nos trabalhos da roça, no extrativismo do babaçu, na produção dos quintais e na pesca. Identificou-se, em maior referência, a ideia de trabalho relacionada às atividades da roça e do babaçu, ou seja, às atividades cujos produtos saem do espaço do autoconsumo, e que, portanto, circulam como mercadoria, mas que, contraditoriamente, ao circularem como mercadoria, perdem a representação feminina, pois aparecem como resultado do trabalho da família agricultora que, no imaginário popular e social, tem preponderância masculina.

O cultivo das fruteiras nos quintais, os animais de pequeno porte, o cuidado com as sementes e o trato com as hortaliças são ações realizadas pelas mulheres. O quintal é, em alguns casos, o lugar da quebra do coco babaçu, atividade que também fica a cargo delas (algumas mulheres preferem realizar a quebra do coco no espaço do quintal, pois fica mais fácil conciliar com os afazeres domésticos).

Cabe ressaltar que o beneficiamento das frutas é, igualmente, em sua maior parte, realizado pelas mulheres. Ainda assim, o quintal continua como um lugar sem importância nas políticas públicas. A ótica produtivista e mercadológica segue impedindo a perspectiva de desenvolvê-lo ainda mais, com vistas ao autoconsumo, segurança e autonomia alimentar e, portanto, de incluí-lo na agenda pública como parte significativa dos sistemas de produção agrícola do denominado desenvolvimento rural sustentável. O mesmo ocorre com o Cerrado.

O quadro abaixo representa a produção e uso das fruteiras do quintal.

Figura 1 – Mapa de localização da cidade de Brejo no estado do Maranhão

Uso	Frequência (%)
Consumo <i>in natura</i>	100,00
Fazem suco para consumo da família	88,23
Doam para vizinhos e amigos	34,11
Fazem polpa para vender	14,70
Fazem doces	23,52

Fonte: Carvalho, 2014.

Nos quintais pesquisados, as mulheres também cultivam plantas medicinais. É no quintal que a família assegura a satisfação de suas necessidades nutricionais e econômicas imediatas, quando a produção da roça não é suficiente para satisfazê-las. Nos períodos em que há baixa produção de arroz, feijão, farinha e milho, é a venda das criações de quintal (galinhas, porco, pato, bode, etc.) que garante renda e alimentação familiar.

Aliado a esses subsistemas de produção agrícola e às diversas atividades que neles se desenvolvem, encontra-se a atividade de coleta dos frutos do Cerrado, pequi, bacuri, murici, mangaba, etc, sendo realizada pelas mulheres. Assim como processamentos e beneficiamentos, com destaque para a produção de polpas de frutas que, além de servirem para o consumo familiar, somam-se

Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento

aos produtos comercializados na comunidade.

A relação dessas agricultoras com o Cerrado implica em aprendizados geracionais, uma vez que os tratos com os recursos ali existentes remontam às ancestralidades, daí ser comum recorrer às mulheres mais velhas para falar sobre o Cerrado, suas riquezas, diversidades, adversidades e desafios para manter o que ainda existe, após a ocupação da soja.

No Cerrado, além do mosaico de fauna e flora, havia uma riqueza de recursos hídricos no município que se contamina, crescentemente, com o uso intensivo de agrotóxico aplicado nas plantações de soja. As famílias se sentem inseguras quanto ao uso da água, pois temem a contaminação, fato que impõe às mulheres o cuidado para obtenção e consumo da água, tendo que carregar baldes cheios por longas distâncias para o abastecimento de seus lares e proximidades.

As plantações de soja também foram determinantes para o decréscimo das criações de animais de pequeno porte nos quintais dos povoados, principalmente em relação à suinocultura. Os plantadores de soja das fazendas circunvizinhas aos povoados pesquisados estabeleceram normas que proíbem a criação de suínos soltos, com vistas a evitar danos às plantações. Essa exigência acarreta custos à criação e, assim, as famílias compulsoriamente deixam de exercerem essa atividade, fato que representa diminuição na renda e no consumo das famílias (Nascimento, 2011).

Pelo exposto, observou-se que o território de reprodução da vida se transforma em território de exploração, por meio da monocultura de soja, fato que resulta da política de interiorização do capital, com vistas à sua crescente internacionalização. Nesse sentido, o Brasil foi aderindo ao processo de globalização de forma a permitir a penetração, em espaços estratégicos, da acumulação de capital, espaços cuja localização é favorável, onde há recursos naturais, assim como oferta de mão de obra, entre outras vantagens. No caso da monocultura de soja no município de Brejo, o primeiro e o segundo aspectos são fundamentais para as *commodities* agrícolas que ali se implantaram.

Santos (2000), apoiado em Perroux, aponta que existe o espaço dos geógrafos e o espaço da economia. O primeiro se referia ao espaço no qual tudo acontece, o espaço da vida de todo dia e de todos, não apenas dos fluxos econômicos. O segundo é referente àqueles que se instalam no lugar e pouco se interessam por ele e pelo que acontece ao seu redor. É o que ocorre com as empresas que ali se instalam.

Dessa forma, Fernandes (2019) infere que o século XX assistiu ao agronegócio monopolizar a agricultura, por meio da artificialização da comida, no século XXI, as pessoas deverão repensar qual alimento querem comer. Essa atitude poderá mudar completamente o atual sistema alimentar, pois o futuro não está na produção de alimentos produzidos com veneno, mas sim, na produção de comida saudável.

Na concepção hegemônica ocidental de trabalho, este é concebido como relação entre o homem e a natureza e, portanto, expressa o domínio do homem sobre a natureza para transformá-la. Essa transformação resulta da evolução das forças produtivas, na qual o predomínio dos equipamentos e das técnicas se sobressai como predomínio da razão, originando um produto que deverá ter

valor de mercadoria.

Nessa perspectiva, o trabalho das mulheres no cuidado da casa, ou na unidade familiar de produção (rural ou urbana), em domicílio (mesmo com a realização de um produto a ser comercializado) passa a ser concebido como um não trabalho.

A divisão sexual da execução trabalhista passa, dessa forma, a ser elemento fundamental no processo de acumulação de capital, com a legitimidade “inconsciente” de muitos homens (inclusive revolucionários), para os quais a divisão social do trabalho era a única laboral a fortalecer o capitalismo. Dessa forma, independentemente do trabalho da mulher realizado dentro ou fora do espaço privado, a hierarquização e a classificação são estabelecidas, como expõe Kergoat (1986).

O trabalho nas sociedades modernas passa a ser classificado como produtivo e improdutivo. O primeiro com valor de troca e o segundo com valor de uso. Tal divisão se fez no campo e na cidade. A mão de obra feminina, fundamental nas unidades de produção familiar, foi sendo desconsiderada diante da lógica industrializante e comercial do trabalho. O trabalho, assim, prefigura-se como sinônimo de coisas para o mercado.

A noção imperiosa do trabalho produtivo foi demarcada pela produtividade, pela noção de acumulação e competitividade, características atribuídas aos homens. Nessa lógica, a força de trabalho feminino é inferiorizada com salários menores e poucas possibilidades de ascensão, fortemente marcadas pelas condições impostas pelo mercado de trabalho em vários países.

O conceito de trabalho revisitado por intelectuais feministas e por organizações de mulheres levou à elaboração do conceito de “economia feminista”, compreendida como a economia que considera também como trabalho as atividades voltadas à realização do bem-estar da sociedade, tendo presente as atividades desenvolvidas pelas mulheres, especificamente dentro do lar e que não são remuneradas, porém, fundamentais para que a sociedade funcione. O trabalho não produtor de mais-valia.

Essa dicotomia entre trabalho produtivo e improdutivo é profundamente útil ao neoliberalismo e à globalização. Vale ressaltar que, nesse caso, o capitalismo realiza de forma voraz a dinâmica da exploração e dominação por meio de processos de expropriação, uma vez que em todo o mundo a expansão capitalista se dá por meio da ocupação dos territórios. A expansão territorial pelo capitalismo implicou em retirar as condições de vida e de tarefa das pessoas que criam e recriam relações sociais de produção, com vistas à produção e reprodução nos seus territórios, sendo evidenciada por Marx (2001), quando trata da acumulação primitiva.

A expansão da monocultura de soja em Brejo caracteriza o processo de espoliação, como conceituado por Harvey (2004), quando o capitalismo retira as condições favoráveis à reprodução de trabalhadores/as e busca consolidar o processo de acumulação, desarticulando formas de trabalhos e de sociabilidades em um complexo de relação que envolve particularidades e singularidades, no qual se insere o município de Brejo.

A produção feminina no território serve como resistência ao “livre mercado”, à exploração das mulheres no contexto da economia globalizada. Representa a produção agrícola que está inserida no processo global de forma desigual. Os

**Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento**



programas governamentais voltados para a agricultura familiar que reproduzem a divisão social do trabalho contribuem, cada vez mais, para a invisibilidade feminina e, conseqüentemente, para desconsiderá-la enquanto força trabalhadora. Essa relação gera injustiça, pois ignora a sua contribuição econômica na produção agrícola e nega a sua condição de trabalho.

O Cerrado maranhense é parte do lugar dessa produção no território. Portanto, é urgente a resistência do campesinato no processo de reconstrução desse território como um espaço de participação democrática, bem como estratégia de oposição à lógica produtivista. Para tal, faz-se necessário fortalecer a economia feminista, entendida por Saffioti (2015) como uma ferramenta para a compreensão da realidade e para sua transformação, ampliando sua potência quando somada à experiência cotidiana de produção e luta das mulheres. Ela contribui para revelar as relações de poder, construções sociais e tensões que não permitem enxergar todos os trabalhos não remunerados como parte da economia.

É a partir do desvelamento dessa condição de invisibilidade da mulher nos territórios, na agricultura, que muitas particularidades e realidades serão conhecidas e encaminhadas com perspectivas ao próprio alargamento do conceito de trabalho e das múltiplas realidades relacionadas a essa variável.

Dessa forma, torna-se possível o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico no campo, para a formulação e implementação de políticas públicas rurais, assim como a conquista de sua autonomia, tanto no âmbito familiar (espaço privado), quanto fora dele, com representações em sindicatos, secretarias e demais âmbitos e esferas de promoção de democracia e equidade social.

É preciso reafirmar a necessidade de políticas públicas de trabalho e renda que levem em consideração a perspectiva de gênero, para que seja possível romper com as segregações e desigualdades no território do Cerrado maranhense galgando, assim, maiores avanços rumo à autonomia das mulheres. Urge a necessidade de desmistificação dos papéis socialmente construídos nas diversas instituições da vida social, escola, universidade, família, mundo do trabalho, políticas de emprego, sindicatos, conselhos, movimentos sociais, para que seja possível a igualdade de direito.

### **Considerações finais**

Compreende-se o território como espaço de poder, vivências, contradições, conflitos e negociações. Nesse interim, destacou-se a relação homem/mulher e natureza, assim como a construção de identidades e de sociabilidades que são mediatizadas pelo trabalho na realização da produção e reprodução. Logo, neste trabalho, os conceitos de território e de trabalho se complementam. Especialmente o trabalho das mulheres, por considerá-lo como composição da essência humana desde o princípio, que adquire concepções e formatos diferentes em cada contexto sociohistórico intrínseco ao movimento do real que fora invisibilizado ao longo da História, tendo como marco a modernidade.

A soja é a expressão da modernidade no município de Brejo, essa condição também é de dominação no território. O impacto da monocultura de soja não é apenas econômico, mas também, social, cultural e ambiental e, em todas essas

dimensões, as mulheres rurais e agricultoras familiares são fortemente atingidas. Tal monocultura tem como um desses impactos a diminuição na criação de animais nos quintais, além disso, há a perda de frutos da chapada, que passa a ser ocupada pelos campos da produção de soja. Vale ressaltar que essas atividades eram predominantemente desenvolvidas pelas mulheres. Outro aspecto a ser destacado é a falta de assistência técnica para alternativas às situações já elencadas, bem como para garantir que a produção seja sustentável, do ponto de vista ambiental e econômico.

A produção das mulheres serve como resistência ao “livre mercado”, à exploração desse público no contexto da economia globalizada. Representa a produção agrícola que está inserida no processo global de forma desigual. Os programas governamentais voltados à agricultura familiar que reproduzem a divisão social do trabalho contribuem, cada vez mais, para a invisibilidade feminina e, conseqüentemente, para sua desconsideração enquanto trabalhadora, fato que contribui para que as próprias agricultoras sintam-se, por vezes, com menos direito à participação no resultado do trabalho. Essa relação gera injustiça, pois ignora a sua contribuição econômica na produção agrícola e nega a sua condição de trabalhadora.

Torna-se urgente a resistência do campesinato no processo de reconstrução do Cerrado, bem como estratégia de oposição à lógica produtivista do agronegócio. O desmatamento, os agrotóxicos aplicados nos plantios de soja, dentre outras condições nocivas, fazem com que a produção do autoconsumo diminua e, conseqüentemente, a participação das mulheres nos subsistemas também.

A implementação das políticas para as trabalhadoras rurais, frente à expansão da monocultura de soja em Brejo, surge num contexto para compreender o cenário que se constrói a partir das mãos do Estado capitalista no desenvolvimento de políticas que promovem a intensificação do agronegócio, e na negligência às políticas sociais nas áreas onde se consolidariam, cada vez mais, esse tipo de empreendimento com trabalhadoras rurais.

A população do município de Brejo se depara com áreas desmatadas, estão surgindo grandes desertos no Cerrado, perceptíveis nas áreas rurais do município. Esse processo de degradação compromete o equilíbrio da biodiversidade, bem como a manutenção das próprias famílias que se utilizam dos recursos naturais para se alimentar.

Não abordar a produção das mulheres no debate da agricultura familiar no Maranhão ou reduzi-la a um exercício eminentemente doméstico, retirando-lhe o valor monetário e cultural, é um indicador da sua invisibilidade ou secundarização na agenda pública governamental e na proposição de políticas estruturantes para o campo.

A pesquisa mostrou que as mulheres são as produtoras de hortaliças nos quintais, nas hortas comunitárias das fruteiras, além de estarem no sistema agrícola da roça, no extrativismo e na pesca. O que produzem serve como resistência ao “livre mercado” à exploração das mulheres, no contexto da economia globalizada, e mesmo àquela produção agrícola que está inserida no processo global de forma desigual.

### Referências

ANDRÉ, Isabel Margarida. O gênero em Geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra - Revista portuguesa de Geografia**. Lisboa, v. 25, n. 50. p. 331-348, 1990.

AZAR, Z. S. Campesinato e questão agrária no Brasil: um debate teórico-político. *In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Anais [...]* Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/campesinatoeques taoagrariaumdebateteoricopolitico.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, M de J. S. A feminização do trabalho no contexto da saúde pública *In: YANOULLAS, S.C. (Coord.). Trabalhadoras-Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 02, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **ReLaER**, v. 4, n. 7, 2019..

GARCIA, M. F. O gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, n. 1, 2011.

GERAMUS. Relatório de Brejo. **Pesquisa relações de gênero e trabalho: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja**. São Luís, 2013.

GIRARDI, E. P. **Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia**. s.d. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco\\_territorio.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm). Acesso em: 16 maio 2021.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Lutas Sociais**, n. 9-10, 2003.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *In: HARAWAY, Donna. **Symians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature***. New York: Routledge, 1991. p. 183-202.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de

Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento

Geografia e Estatística, 2011.

KERGOAT, Daniele. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação *In*: BULPOTR- KARTCHEVSKY, André *et al.* (Org.). **O sexo do trabalho**. Trad.: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MARX, K. **Sociologia** (Grandes Cientistas Sociais). IANNI, Octavio (Org.). Trad.: Maria Elisa Mascarenhas; Ione de Andrade; Fausto N. Pellegrini. São Paulo; Ática, 1979.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 18 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. livro 3, v. 6. Trad.: Maria Helena B. Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: DIFEL, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa, método e criatividade**. 21. ed. São Paulo: Vozes, 1994.

MUELLER, C. C. **A sustentabilidade da expansão agrícola nos cerrados**. Instituto Sociedade, População e Natureza – Documento de Trabalho, n. 36, 1995 (mimeo).

NASCIMENTO, Silvane Magali V. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado. A divisão sexual do trabalho e na reprodução. Um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing**. Expressão Popular: São Paulo, 2006.

ORTEGAL, Leonardo. **Atos de reexistência: juventude negra, reinvenções e resistência anti- extermínio**. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PINAZZA, Luiz (Coord). **Cadeia produtiva da soja**. Série agronegócio, v. 2. Brasília: MAPA/SPA/IICA, 2007.

PNUD, IPEA, FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Avançada; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Fundação João Pinheiro, 2017.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

REIS, Máira Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço, **Espaço e Cultura**, n. 38, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SHIVA, Vandana. **Abraçar La vida: mujer, ecologia e supervivência**. Trad.: Ana Elena Guyer; Beatriz Sosa Martinez. Uruguai: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 1980.

#### **Contribuição de Autoria / Contribución de autoría**

Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita.

Silvane Magali Vale Nascimento: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita.

**Recebido em 30 de agosto de 2023.**

**Aceito em 25 de outubro de 2023.**

**Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale Nascimento**

